

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIA E EDUCAÇÃO**

BRUNA NITIELE DA SILVA ANACLETO

**INVENTÁRIO CULTURAL DE CARAZINHO: LACUNAS, MEMÓRIAS SUBALTERNAS E
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CRÍTICA MEDIADA POR MÍDIAS DIGITAIS**

**São Borja
2025**

BRUNA NITIELE DA SILVA ANACLETO

**INVENTÁRIO CULTURAL DE CARAZINHO: LACUNAS, MEMÓRIAS SUBALTERNAS E
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CRÍTICA MEDIADA POR MÍDIAS DIGITAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu – Especialização em Mídia e Educação da Universidade Aberta do Brasil/Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Mídia e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiane Lazzaris

**São Borja
2025**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

A532i Anacleto, Bruna

INVENTÁRIO CULTURAL DE CARAZINHO: LACUNAS, MEMÓRIAS
SUBALTERNAS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CRÍTICA MEDIADA POR
MÍDIAS DIGITAIS / Bruna Anacleto.

21 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Pampa,
ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIA E EDUCAÇÃO, 2025.

"Orientação: Fabiane Lazzaris".

1. Memória social. 2. Educação patrimonial crítica.
3. Storytelling transmídia. 4. História Oral. I.
Título.


BRUNA NITIELE DA SILVA ANACLETO

**INVENTÁRIO CULTURAL DE CARAZINHO: LACUNAS, MEMÓRIAS SUBALTERNAS E
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CRÍTICA MEDIADA POR MÍDIAS DIGITAIS**


Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Mídia e Educação da Universidade Federal do Pampa/Universidade Aberta do Brasil, como requisito parcial para a obtenção do Título de Especialista em Mídia e Educação.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em **29 de novembro** de 2025.


Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **FABIANE LAZZARIS**
Data: 12/12/2025 15:02:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Fabiane Lazzaris
Orientadora
(Unipampa/UAB)

Documento assinado digitalmente
 **ADRIANA RUSCHEL DUVAL**
Data: 16/12/2025 20:21:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Adriana Ruschel Duval
(Unipampa/UAB)

Documento assinado digitalmente
 **HELYNA DEWES**
Data: 17/12/2025 19:14:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Helyna Dewes
(Unipampa)

INVENTÁRIO CULTURAL DE CARAZINHO: LACUNAS, MEMÓRIAS SUBALTERNAS E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL CRÍTICA MEDIADA POR MÍDIAS DIGITAIS

Resumo

Este trabalho investiga como as narrativas do cotidiano podem fortalecer a memória social e a cidadania cultural em Carazinho (RS), a partir de uma abordagem que articula História Oral, Educação Patrimonial Crítica e uso de mídias digitais. Com base em autores como Pollak, Spivak, Guha, Appadurai, Nora, Freire e Jenkins, compreende-se que a memória urbana é marcada por disputas simbólicas e silenciamentos históricos, especialmente em relação a trabalhadores, mulheres, idosos, migrantes e à presença kaingang. A pesquisa adota metodologia qualitativa com entrevistas gravadas e publicadas em plataformas digitais, explorando o potencial do storytelling transmídia como prática de democratização da memória. Os resultados revelam que as narrativas cotidianas ampliam o entendimento da identidade local e evidenciam lacunas nas políticas públicas de patrimônio. A partir disso, propõe-se um plano de ações que integra escuta, formação, inventários participativos e estratégias comunicacionais. Conclui-se que a memória comunitária, quando valorizada e visibilizada, contribui para construir futuros mais democráticos, inclusivos e plurais.

Palavras-chave: memória social; educação patrimonial crítica; storytelling transmídia; História Oral; Carazinho.

Abstract

This study investigates how everyday narratives can strengthen social memory and cultural citizenship in Carazinho (RS), through an approach that integrates Oral History, Critical Heritage Education, and digital media practices. Drawing on authors such as Pollak, Spivak, Guha, Appadurai, Nora, Freire, and Jenkins, the research understands urban memory as a field marked by symbolic disputes and historical silencing, especially concerning workers, women, elders, migrants, and the Kaingang Indigenous presence. The qualitative methodology includes recorded interviews published on digital platforms, exploring the potential of transmedia storytelling as a tool for democratizing memory. Findings show that everyday narratives enrich the understanding of local identity and highlight gaps in public heritage policies. Based on these results, the study proposes an action plan involving community listening, critical training processes, participatory inventories, and communication strategies. The research concludes that community memory, when valued and made visible, contributes to building more democratic, inclusive, and plural futures.

Keywords: social memory; critical heritage education; transmedia storytelling; Oral History; Carazinho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	07
1.1 Problema de Pesquisa	08
1.2 Objetivos	08
1.3 Justificativa e Relevância	09
2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1 O Conceito de Patrimônio e a Construção da Identidade Local	10
2.2 Memória, Subalternidade e Imaginário	12
2.3 Lugares de Memória e Mídias Digitais	13
2.4 Educação Patrimonial Crítica	14
2.5 Comunicação, Participação e Storytelling Transmídia	15
3. METODOLOGIA.....	16
3.1 Abordagem da pesquisa	17
3.2 Procedimentos metodológicos	17
4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	18
4.1 Resultados da análise documental e contextual	18
4.2 Interpretação dos resultados à luz do referencial teórico	18
4.3 Indicação de ações futuras	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20

1 INTRODUÇÃO

As cidades são construções sociais, simbólicas e históricas que ultrapassam a materialidade de suas ruas, edificações e paisagens. Elas se constituem como espaços de convivência, disputa e criação de sentidos, sendo atravessadas por memórias, práticas culturais, imaginários sociais e relações de poder. Como afirma Michael Pollak (1989), toda memória é um campo de embates: aquilo que se lembra e aquilo que se silencia revelam tensões entre grupos, instituições e sujeitos. A cidade, portanto, é também um território de memórias subterrâneas — narrativas de trabalhadores, mulheres, migrantes, povos indígenas e sujeitos historicamente marginalizados, que raramente encontram lugar nos discursos oficiais.

Carazinho, prestes a completar 95 de emancipação, constitui-se como um exemplo vivo dessa complexidade. Localizada no norte do Rio Grande do Sul, com cerca de 65 mil habitantes, a cidade reúne um patrimônio cultural diversificado: prédios em estilo Art Déco no centro histórico, a antiga Gare ferroviária, a Igreja Matriz, a Praça Albino Hillebrand, o Museu Olívio Otto com acervo de história natural e cultural, além de práticas imateriais que incluem saberes agrícolas, tradições religiosas, memórias de trabalho fabril e narrativas de migração. Contudo, esses elementos convivem com processos de apagamento, sobretudo das culturas populares e das experiências de grupos socialmente invisibilizados.

A identidade carazinhense, longe de ser homogênea, é plural, fragmentada e, como diria Stuart Hall (2006), marcada por constante negociação entre discursos, práticas e imaginários. A presença indígena Kaingang na região — tradicionalmente ligada ao território — é parte fundamental dessa história, embora frequentemente reduzida ou ignorada em narrativas institucionais. Do mesmo modo, o crescimento urbano, a pressão imobiliária e a aceleração tecnológica intensificam a fragilidade do patrimônio material, enquanto o patrimônio imaterial sofre com o envelhecimento populacional, a perda de práticas tradicionais e a predominância de discursos hegemônicos.

Além disso, vivemos em uma era de convergência midiática (Jenkins, 2014) e de fluxos globais de informação e imaginação (Appadurai, 2004). As narrativas sobre a cidade não circulam apenas nos espaços físicos, mas também nas redes digitais, onde memórias, imagens e relatos disputam visibilidade. As mídias, porém, não são neutras: seus algoritmos, padrões de engajamento, desigualdades de acesso e

lógicas de plataforma influenciam o que aparece, o que circula e o que se perde. Assim, a educação patrimonial mediada por mídias digitais deve considerar não apenas suas potencialidades, mas também suas limitações.

Diante desse cenário, este Trabalho de Conclusão de Curso parte da compreensão de que a memória é prática social, e que a cidade é continuamente (re)construída pela maneira como seus habitantes narram suas experiências. O objetivo central é analisar o patrimônio cultural de Carazinho, identificar lacunas na preservação e visibilidade de suas memórias — especialmente as subalternizadas — e propor um conjunto de ações de educação patrimonial crítica mediadas por tecnologias digitais, visando fortalecer a consciência cultural, a participação comunitária e a democratização do acesso aos bens culturais.

A partir dos referenciais da História Oral, dos Estudos Subalternos (Spivak, 1988), da teoria dos imaginários sociais (Appadurai, 2004), da Educação Patrimonial Crítica (Horta et al., 1999; Freire, 1987) e das teorias da comunicação (Jenkins, 2014; Lemos, 2013), o estudo busca compreender como a cidade pode ser narrada de forma mais plural, inclusiva e sensível — e como as mídias digitais podem atuar como novos lugares de memória (Nora, 1993), desde que acompanhadas de formação crítica e participação comunitária.

1.1 Problema de Pesquisa

Apesar de possuir um patrimônio cultural diverso, Carazinho apresenta fragilidades na preservação, difusão e valorização de suas memórias, especialmente aquelas vinculadas a grupos historicamente marginalizados. Ao mesmo tempo, as mídias digitais surgem como potenciais espaços de registro e circulação dessas narrativas, embora atravessadas por disputas de visibilidade e desigualdades de acesso. Diante desse cenário, pergunta-se: Como aprimorar a consciência cultural e patrimonial da cidade de Carazinho por meio de ações de educação patrimonial mediadas por mídias digitais, contribuindo para a valorização do patrimônio imaterial, a preservação do patrimônio material e o fortalecimento da cidadania cultural crítica?

1.2 Objetivos

Objetivo Geral

Analisar o cenário do patrimônio cultural de Carazinho, identificando lacunas de preservação, apropriação e visibilidade, e propor um plano de ações de educação patrimonial mediadas por tecnologias digitais, com foco na formação crítica, na participação comunitária e na valorização das memórias locais.

Objetivos Específicos

- Registrar, investigar e divulgar memórias do cotidiano de moradores de Carazinho, por meio de narrativas visuais e orais difundidas em mídias digitais.
- Valorizar o patrimônio imaterial, destacando histórias de vida, práticas culturais, saberes populares e vozes silenciadas.
- Mapear lacunas relacionadas ao patrimônio cultural material e imaterial da cidade, considerando fatores históricos, sociais e institucionais.
- Articular o uso das mídias digitais com princípios da Educação Patrimonial Crítica, promovendo reflexão e protagonismo comunitário.
- Desenvolver diretrizes e recomendações para implementação, monitoramento e continuidade das ações propostas, identificando possíveis parcerias e políticas de apoio.

1.3 Justificativa e Relevância

A escolha pelas mídias digitais — como Instagram, YouTube, mapeamentos colaborativos e narrativas transmídia — é estratégica, uma vez que essas plataformas constituem ambientes de construção de sentidos, compartilhamento de memórias e participação comunitária. Em cidades do interior, onde a documentação institucional é limitada e as instituições de preservação possuem restrições estruturais, tais ferramentas tornam-se oportunidades para expandir a visibilidade do patrimônio cultural e democratizar o acesso às narrativas locais.

As mídias digitais permitem a criação de novos lugares de memória virtuais (Nora, 1993), favorecendo a circulação de relatos que, de outra forma, permaneceriam invisibilizados. Contudo, seu uso exige abordagem crítica, considerando desigualdades tecnológicas e disputas simbólicas.

Ao integrar educação patrimonial e educação crítica (Freire, 1987), este estudo propõe um caminho que ultrapassa a mera divulgação cultural, compreendendo a memória como instrumento de emancipação, diálogo e formação cidadã. Reconhecer

a memória popular como conhecimento legítimo e envolver a comunidade como protagonista de sua história fundamenta a relevância social e acadêmica deste trabalho.

Assim, o estudo contribui para a valorização do patrimônio cultural de Carazinho, para a ampliação da participação comunitária nas políticas culturais e para a construção de narrativas mais plurais, inclusivas e representativas da identidade local.

2 CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta os conceitos fundamentais que estruturam a pesquisa, articulando-os em uma progressão lógica que parte do conceito de patrimônio, passa pela compreensão de memória e narrativa em contextos digitais, explora a educação patrimonial em suas dimensões teórica e crítica, e finalmente aborda o potencial das mídias digitais e da cultura participativa como ferramentas pedagógicas.

2.1 O Conceito de Patrimônio e a Construção da Identidade Local

O conceito de patrimônio cultural, conforme estabelecido pela UNESCO (2003), abrange não apenas bens materiais, como edificações, acervos, monumentos e paisagens, mas também manifestações imateriais — saberes, práticas, técnicas, crenças, narrativas e modos de vida transmitidos entre gerações. Essa concepção ampliada reforça que o patrimônio é um processo dinâmico, continuamente recriado pelas comunidades que o vivenciam. Maria Cecília Londres Fonseca (2005) destaca que o patrimônio não é um conjunto estático de objetos, mas uma construção política e social marcada por disputas de legitimidade: quem define o que é patrimônio e quem fica de fora dessas definições.

No Brasil, essa compreensão se desdobra nas políticas do IPHAN, especialmente após o Decreto nº 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. A partir desse marco, práticas como celebrações, formas de expressão, modos de fazer e saberes tradicionais passam a ser reconhecidos e protegidos como bens culturais. Entretanto, tal reconhecimento ainda é desigual e marcado pela visibilidade reduzida das culturas populares, das populações indígenas, de grupos periféricos, das comunidades quilombolas e das classes trabalhadoras —

grupos frequentemente enquadrados naquilo que Gayatri Chakravorty Spivak (1988) denomina “sujeitos subalternos”.

Em Carazinho, o patrimônio material mais evidente inclui edificações históricas no centro urbano (como as construções em estilo Art Déco), a antiga Gare Ferroviária, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Glória, o prédio da Biblioteca Pública Municipal Dr. Guilherme Schultz Filho, além do acervo do Museu Olívio Otto, que reúne entre 18 e 25 mil peças relacionadas à história natural e cultural da região. Esses bens tangíveis compõem importantes marcos da memória urbana, mas sua preservação vem sendo ameaçada pela pressão imobiliária, pela falta de políticas culturais consistentes e pela ausência de ações contínuas de educação patrimonial.

O patrimônio imaterial da cidade — foco deste trabalho — revela camadas ainda mais profundas da experiência social carazinhense. Inclui memórias de trabalhadores das antigas manufaturas e indústrias locais; histórias de mulheres que sustentaram famílias e comunidades; saberes agrícolas e culinários transmitidos entre gerações; práticas religiosas; narrativas de migração europeia e de deslocamentos internos; tradições ligadas ao território Kaingang, que historicamente ocupa a região. Entretanto, grande parte desse repertório permanece invisível ou pouco registrado.

É nesse ponto que se torna relevante a discussão proposta pelos Estudos Subalternos, especialmente por autores como Spivak (1988) e Ranajit Guha (1997), que apontam como narrativas históricas oficiais tendem a marginalizar experiências de grupos não hegemônicos. Quando a história de uma cidade é contada apenas a partir de elites políticas, lideranças religiosas ou figuras consideradas “centrais”, perde-se a complexidade de memórias que sustentam o tecido social.

Para Stuart Hall (2006), a identidade cultural não é uma essência fixa, mas um processo contínuo de constituição, resultado de disputas entre discursos e práticas sociais. Assim, compreender a identidade carazinhense implica reconhecer que ela é heterogênea e conflituosa, composta por diferentes pertencimentos, imaginários e temporalidades. Nesse sentido, Arjun Appadurai (2004) contribui para ampliar essa reflexão ao discutir a importância dos imaginários sociais e das capacidades coletivas de criar, desejar e projetar futuros. A identidade local não se baseia apenas no

passado, mas nas formas pelas quais a comunidade imagina a si mesma e suas possibilidades.

A partir dessa perspectiva, o patrimônio cultural deixa de ser apenas um conjunto de bens a serem preservados e passa a ser entendido como um campo de produção simbólica, no qual memórias individuais e coletivas se articulam à construção de pertencimentos. A preservação — especialmente a preservação crítica — exige, portanto, que se reconheçam tanto os bens materiais quanto às práticas imateriais, bem como os sujeitos que produzem tais memórias. Em Carazinho, isso significa valorizar tanto a Gare quanto o relato de um ferroviário aposentado; tanto o prédio histórico quanto a memória de uma família Kaingang; tanto o acervo do museu quanto as histórias de vida de moradores de bairros periféricos.

A grande lacuna identificada nesta pesquisa — e já antecipada na introdução — é a ausência de políticas ou iniciativas que articulem de forma sistemática essas camadas do patrimônio. Embora haja bens materiais registrados e alguns esforços institucionais, o patrimônio imaterial permanece em grande parte não documentado, invisibilizado ou reduzido a anedotas dispersas. Compreender essa lacuna é essencial para justificar a necessidade de ações de educação patrimonial crítica, que permitam ampliar a participação comunitária, fortalecer vínculos e democratizar as narrativas sobre a cidade.

2.2 Memória, Subalternidade e Imaginário

A memória, entendida como prática social, é sempre seletiva, situada e atravessada por relações de poder. Michael Pollak (1989) afirma que toda memória é resultado de processos de disputa entre o que se quer lembrar, o que se pode lembrar e o que as instituições autorizam a ser lembrado. Nesse sentido, a memória é menos um depósito de fatos e mais um campo de tensões simbólicas, onde grupos diferentes competem pela legitimidade de suas narrativas.

A memória, enquanto fenômeno social e político, é marcada por disputas, silenciamentos e desigualdades. Pollak (1989) denomina *memórias subterrâneas* aquelas narrativas produzidas por grupos marginalizados, frequentemente ausentes das versões oficiais da história. Tais memórias persistem no cotidiano, nas

experiências individuais e nos laços comunitários, ainda que não encontrem legitimidade pública.

Essa perspectiva dialoga com os Estudos Subalternos, especialmente com Gayatri Spivak (2010) e Ranajit Guha (2002), que problematizam a dificuldade de grupos subalternizados serem reconhecidos como produtores legítimos de discurso. Para Spivak, o subalterno não fala — ou, quando fala, não é ouvido — porque as estruturas de poder filtram, selecionam e validam apenas determinadas vozes. Assim, recuperar memórias de trabalhadores, mulheres, povos indígenas, idosos e moradores das periferias exige metodologias que favoreçam escuta, agência e participação.

Arjun Appadurai (2004), ao discutir o imaginário social, amplia essa compreensão ao afirmar que imaginar é também um ato social: comunidades constroem futuros possíveis a partir das experiências, expectativas e disputas do presente. O imaginário, portanto, não é algo abstrato, mas um campo de criação coletiva que influencia identidades, práticas culturais e políticas públicas.

No contexto de Carazinho, a memória urbana é fragmentada e marcada por apagamentos. Narrativas centradas em pioneiros, desenvolvimentismo e figuras de elite convivem com silêncios sobre trabalhadores rurais e urbanos, imigrantes recentes, mulheres chefes de família, idosos e a presença histórica do povo Kaingang. Uma abordagem crítica da memória exige reconhecer esses vazios e valorizar experiências cotidianas como patrimônio cultural legítimo.

Assim, compreender a memória como disputa — e o imaginário como campo de possibilidade — é fundamental para que projetos educativos e culturais possam articular narrativas plurais, problematizar desigualdades e fortalecer vínculos comunitários.

2.3 Lugares de Memória e Mídias Digitais

Pierre Nora (1993) define lugares de memória como dispositivos criados para ancorar identidades em contextos de aceleração histórica. Museus, monumentos, fotografias e arquivos atuam como marcos simbólicos destinados a preservar aquilo que já não pode ser garantido pela transmissão espontânea da tradição.

A expansão das tecnologias digitais, entretanto, desloca esse conceito: surgem lugares de memória digitais, espaços onde narrativas, imagens e registros se acumulam, circulam e adquirem novos sentidos. Plataformas como Instagram, YouTube e arquivos colaborativos podem permitir registrar memórias que antes permaneciam restritas ao ambiente doméstico ou comunitário.

No caso de Carazinho, esse deslocamento é relevante porque o patrimônio imaterial da cidade — histórias de trabalhadores, memórias escolares, práticas cotidianas, tradições familiares, festas locais — permanece amplamente invisibilizado nos circuitos oficiais. As mídias digitais possibilitam ampliar esse repertório, democratizando o acesso a narrativas que historicamente ficaram à margem.

Contudo, Jenkins (2014) alerta: interatividade não é o mesmo que participação. Curtir, comentar ou visualizar um vídeo não garante agência enquanto produtor de sentido. Participação exige condições materiais, técnicas e simbólicas. Já André Lemos (2013) destaca que a comunicação é atravessada por mediações sociotécnicas — não existe tecnologia neutra. Plataformas são moldadas por algoritmos, padrões de engajamento e desigualdades de acesso.

Assim, embora as mídias digitais ampliem possibilidades de registro e circulação de memórias, elas também podem reproduzir exclusões, favorecendo narrativas hegemônicas. Transformar mídias em verdadeiros lugares de memória demanda planejamento, mediação crítica e práticas de escuta.

A História Oral, como afirma Alberti (2005), oferece essa possibilidade: entrevistas aprofundadas, realizadas com cuidado e diálogo, produzem testemunhos que, registrados e compartilhados digitalmente, se tornam parte viva da memória coletiva.

2.4 Educação Patrimonial Crítica

A Educação Patrimonial tradicional, conforme Horta, Grunberg e Monteiro (1999), propõe a observação, análise e valorização de bens culturais. Entretanto, em muitas práticas, reduz-se a visitas guiadas e conteúdos informativos, sem promover reflexão crítica ou participação social.

A Educação Patrimonial Crítica, inspirada em Paulo Freire (1987, 1996), desloca o foco do patrimônio como objeto para o patrimônio como processo social. Parte da premissa de que toda educação é política e requer diálogo, escuta e reconhecimento das experiências vividas pelos sujeitos.

Essa abordagem incorpora:

- Estudos Subalternos, para dar visibilidade a grupos silenciados;
- Cultura visual e psicologia social, para compreender como representações moldam identidades (Hernández, 2007; Braga da Costa, 2004);
- Inventários Participativos, que reconhecem comunidades como agentes da própria memória (IPHAN, 2016);
- Letramento midiático crítico, necessário para lidar com ambientes digitais desiguais (Livingstone, 2004).

Em Carazinho, essa perspectiva é essencial para reconhecer territorialidades Kaingang, memórias de trabalhadores urbanos e rurais, práticas culturais populares e narrativas de idosos — grupos frequentemente ausentes em discursos oficiais. Assim, a EP crítica articula memória, participação, tecnologia e cidadania cultural, valorizando sujeitos como produtores legítimos de conhecimento.

2.5 Comunicação, Participação e Storytelling Transmídia

A convergência midiática, segundo Jenkins (2014), envolve múltiplas plataformas narrativas e práticas participativas. No storytelling transmídia, cada meio contribui de forma complementar: vídeos, fotografias, entrevistas, mapas interativos e textos não se repetem, mas ampliam a compreensão da narrativa.

Essa abordagem é promissora para projetos de memória, pois integra linguagens diversas e atinge diferentes públicos. O digital storytelling, conforme Lambert (2013), reforça o potencial emancipador das narrativas digitais ao permitir que sujeitos contem suas histórias em primeira pessoa.

O uso crítico das mídias requer considerar desigualdades de acesso e necessidade de formação. Para Livingstone (2004), letramento midiático crítico significa compreender linguagens, algoritmos e processos de circulação. Yúdice

(2006) amplia essa discussão ao propor o conceito de cidadania cultural, compreendida como participação ativa nos circuitos culturais.

Assim, storytelling transmídia, mediado pela EP crítica, pode democratizar memórias e fortalecer vinculações identitárias. Alguns casos brasileiros demonstram esse potencial das mídias digitais no processo de educação patrimonial:

Programa PAMIN (Patrimônio das Minorias): Desenvolvido pela UFPB, o PAMIN utiliza plataformas web colaborativas para documentar patrimônio cultural de comunidades marginalizadas no Nordeste, permitindo que membros das comunidades contribuam com narrativas, imagens e áudios.

Projeto Museu Aberto: Iniciativas de museus colaborativos que utilizam Instagram, YouTube e sites para compartilhar acervos, solicitar contribuições comunitárias e oferecer educação patrimonial online.

Ver-o-Site (UFPA): Projeto que cria mapeamentos digitais interativos de patrimônio em comunidades amazônicas, permitindo visualização de espaços, narrativas orais e informações sobre significância cultural.

Esses casos demonstram viabilidade, impacto e potencial educativo de abordagens que combinam metodologias tradicionais de educação patrimonial com tecnologias digitais contemporâneas.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo combina uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, orientada pelos referenciais da Educação Patrimonial Crítica, dos Estudos da Memória, da História Oral e das teorias da Comunicação e da Cultura Digital. Considerando que este Trabalho de Conclusão de Curso consiste em etapas metodológicas que se concentram na análise de contexto, na identificação de lacunas, e na elaboração de um plano de ações futuras, não na execução do projeto de campo.

3.1 Abordagem da pesquisa

A pesquisa parte de pressupostos qualitativos, identificando contextos e problemáticas relacionadas ao patrimônio cultural de Carazinho, à invisibilização de memórias subalternizadas e às possibilidades oferecidas pelas mídias digitais para ampliar narrativas e promover participação comunitária. A abordagem exploratória permitiu compreender a complexidade do cenário patrimonial local e fundamentar a elaboração de ações futuras.

3.2 Procedimentos metodológicos

a) Revisão teórico-conceitual

Foi realizada uma revisão bibliográfica ampla envolvendo autores centrais dos campos da memória (Pollak; Nora), patrimônio e educação patrimonial (Horta; Grunberg; Monteiro; Freire), imaginário social (Appadurai), comunicação digital (Jenkins; Lemos) e estudos subalternos (Spivak; Guha). O objetivo foi construir uma base teórica capaz de iluminar as tensões existentes entre visibilidade, legitimidade e silenciamento de narrativas culturais.

b) Análise documental e contextual

A segunda etapa envolveu um mapeamento analítico dos seguintes elementos: estruturas de patrimônio existentes no município; acervos disponíveis (museu, arquivos digitais, registros jornalísticos, fotografias históricas); políticas culturais vigentes; ausências e fragilidades na documentação do patrimônio imaterial; dinâmicas de comunicação institucional e uso de mídias digitais pela comunidade.

Essa análise permitiu identificar lacunas de preservação, visibilidade e participação, evidenciando a necessidade de metodologias dialógicas e inclusivas.

c) Elaboração de uma proposta metodológica futura.

Com base nas lacunas encontradas, poderá ser desenvolvido um plano de ações futuras, que inclui: realização de entrevistas baseadas na História Oral; a criação de um acervo digital colaborativo; produção de narrativas transmídia; articulação com escolas, museus e comunidades; ações de educação patrimonial crítica voltadas para participação cidadã. Essas etapas compõem uma metodologia a ser implementada em continuidade ao projeto, podendo subsidiar políticas públicas municipais de cultura e memória.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Como este estudo não realizou trabalho de campo, os resultados apresentados têm natureza diagnóstica e analítica, fundamentados na revisão bibliográfica, na análise documental e na observação do contexto cultural e comunicacional do município.

4.1 Resultados da análise documental e contextual

A análise permitiu identificar as lacunas na documentação do patrimônio cultural; a ausência de inventários sistemáticos e atualizados; a fragilidade na preservação de acervos imateriais; registros dispersos e descontínuos; pouca integração entre instituições culturais. Além da invisibilização de narrativas subalternizadas; baixa presença de memórias Kaingang nas narrativas oficiais; apagamento das histórias de trabalhadores, mulheres e moradores dos bairros periféricos; hegemonia de narrativas eurocentradas na construção da identidade local. Bem como a análise de potencial e limites das mídias digitais, integrando-se à crítica a forte circulação de conteúdos institucionais, mas pouca participação comunitária; ausência de projetos estruturados de memória digital; inexistência de acervo colaborativo que represente a diversidade cultural da cidade.

4.2 Interpretação dos resultados à luz do referencial teórico

Os dados analisados dialogam com os conceitos e autores como Pollak (1989) a partir do estudo da memória como campo de disputas e silenciamentos; Spivak (1988) dialogando com a dificuldade estrutural de fala do sujeito subalterno; Nora (1993) analisando a necessidade de criar novos lugares de memória, inclusive digitais; Freire (1987) evidenciando a importância do diálogo, participação e consciência crítica;

Jenkins (2014) com um caminho, através do potencial das mídias para cultura participativa; Appadurai (2004) esperando os fluxos de imaginação que influenciam identidades contemporâneas. Esses resultados mostram que Carazinho possui um patrimônio cultural rico porém desigual em termos de reconhecimento e documentação. A ausência de processos participativos e de escuta comunitária reforça silenciamentos históricos e impede que múltiplas identidades locais sejam incorporadas às narrativas oficiais.

4.3 Indicação de ações futuras

A partir da análise, possibilita-se a implementação de entrevistas baseadas na História Oral; a escuta comunitária sistematizada; criação de um banco de memórias digitais; o fortalecimento das políticas públicas de patrimônio; ações educativas contínuas e críticas; o uso consciente das mídias como espaços de participação. Essas ações visam transformar a lacuna identificada em política pública estratégica, consolidando a memória como instrumento de cidadania cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o cenário do patrimônio cultural de Carazinho, identificando lacunas estruturais de preservação, documentação e visibilidade e propondo caminhos metodológicos para sua superação. Embora não tenha realizado entrevistas ou ações de campo, a pesquisa apresenta contribuições significativas ao: mapear fragilidades e silenciamentos na memória local; propor metodologias futuras de diálogo e participação; evidenciar o papel das mídias digitais como espaços potenciais de memória; fundamentar teoricamente a necessidade de políticas públicas culturais mais inclusivas.

A pesquisa reflete a convicção de que toda cidade, não importa quão pequena possui patrimônio cultural significativo digno de documentação, preservação e celebração. Mais importante ainda, a pesquisa reflete o reconhecimento de que toda pessoa, não importa sua posição social, possui história legítima e valiosa que merece ser ouvida, reconhecida e integrada nas narrativas coletivas. Em contexto de cidades do interior, frequentemente invisibilizadas em dinâmicas culturais concentradas em

metrópoles, pesquisas como esta ganham relevância particular. Contribuem não apenas para preservação da memória local, mas para afirmação de dignidade, pertencimento e agência cívica. A Educação Patrimonial Crítica, portanto, mediada por mídias digitais acessíveis, oferece uma possibilidade para essa transformação cultural, permitindo que comunidades se reconheçam como produtoras de conhecimento, guardiãs de patrimônio, e protagonistas de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- APPADURAI, Arjun. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.
- BRAGA DA COSTA, Fernando. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GUHA, Ranajit. **Subaltern Studies: Writings on South Asian History and Society**. Delhi: Oxford University Press, 2002.
- HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Ana. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.
- IPHAN. **Inventários Participativos: orientações para aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2014.
- LAMBERT, Joe. **Digital Storytelling: Capturing Lives, Creating Community**. New York: Routledge, 2013.
- LEMOS, André. **A Comunicação das Coisas: teoria ator-rede e cibercultura**. São Paulo: Annablume, 2013.
- LIVINGSTONE, Sonia. **Media Literacy and the Challenge of New Information and Communication Technologies**. *The Communication Review*, v. 7, n. 1, p. 3-14, 2004.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.